

ANC 3

Notas e informações

Quem são os intransigentes

Razão teve o senador Afonso Arinos ao dizer que se não for possível alcançar entendimento não se fará a Constituição. Normalmente, outra fosse a situação, a maioria votaria um texto, que a minoria se comprometeria a respeitar. A situação, hoje, no entanto, é diversa: as lideranças responsáveis da Assembléia Nacional Constituinte sabem que ou se alcança o consenso em torno de questões de suma importância — real, ou pretendida —, ou a minoria derrotada nas votações poderá pretender afirmar sua condição de maioria na sociedade, com funestos resultados para o processo democrático. Pode emprestar-se outro sentido às expressões do senador fluminense: "Se nós não pudermos alcançar o entendimento, não faremos a Constituição. A platéia (*desejava referir-se às galerias*) até pode não concordar e por isso dirige vaias, mas por falta de informação". As vaias a que se referia o senador Arinos tinham sido dirigidas pelas galerias ao deputado Roberto Cardoso Alves, quando afirmou que, aberto ao entendimento no que diz respeito à questão da reforma agrária, no entanto não acreditava na exequibilidade dela.

A cena passada na Comissão de Sistematização traduz bem o que vai hoje pelo Brasil: os que desejam soluções radicais ou "progressistas" para uma série de problemas, vão os que não concordam com sua maneira de pensar; os que desejam o acordo, pensando possível o consenso, são tratados como se mentirosos fossem.

O diálogo entre o deputado Plínio de Arruda Sampaio e o sr. Flávio Telles de Menezes é assaz ilustrativo desse clima de desconfiância que se estabeleceu no País. O deputado do PT paulista só se deu por satisfeito com a resposta do presidente da Sociedade Rural Brasileira — concordando em que

grandes áreas com mais de 70% de ociosidade podem ser desapropriadas, o pagamento delas sendo feito em títulos agrícolas com valor de mercado — depois que Menezes repetiu a resposta com idênticas palavras. É como se aquilo que se diz uma só vez não tem mais valor, para os que pensam ideologicamente.

Enquanto o senador Afonso Arinos pede entendimento, que se observa na Assembléia? O debate entre os que defendem posições contrárias no terreno da reforma agrária e, agora, no da criação ou não de um Tribunal Constitucional (desfigurando o Supremo Tribunal Federal), terminou em desentendimento: o grupo dos 32, sob a liderança do senador José Richa e o grupo do Consenso (?) liderado pelo deputado Euclides Scalco, constataram que suas divergências deverão ser resolvidas no plenário da Comissão de Sistematização, primeiro, e no plenário da Assembléia, depois, pelo voto. A experiência do senador Afonso Arinos, que lhe deve ter transmitido as informações a que faltam às galerias, parece não ser de utilidade para os outros. Com isso — e tendo em vista o clima que se criou em torno dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, primeiro pelo sem sentido do anteprojeto sistematizado, depois pelo que de fora de tom se pode ler no anteprojeto do relator —, é possível prever que as discussões na Assembléia assumirão, daqui para a frente, tom cada vez mais acre e se dará a polarização das posições.

É importante ter presente que os chamados "conservadores" são os que têm consciência mais aguda da crise que se está esboçando, é da qual as falas do general Leônidas Pires Gonçalves e do presidente Sarney — a primeira na reunião ministerial, a segun-

da em Piquete — são a prova mais evidente. No caso da reforma agrária, o deputado Roberto Cardoso Alves — apontado pelo senador Afonso Arinos como "representante das áreas mais conservadoras" — e o sr. Flávio Telles de Menezes deram o exemplo da moderação. No lado oposto, pelo contrário, o grupo do Consenso insiste em que a imissão de posse se dê em 90 dias no máximo.

Estabelece-se, assim, lentamente, o *impasse*. Que dizer, então, das questões que afetam a corporação militar, como a da sua destinação constitucional e da anistia? Pouco a pouco vão-se revelando aquilo que se poderia dizer serem as "contradições antagônicas" que operam no seio da Assembléia Nacional Constituinte e poderão precipitar uma crise institucional — a menos que o pequeno número de constituintes com experiência e sensibilidade para os fatos realmente significativos consiga, em breve tempo, "educar" os demais, mostrando-lhes a importância do compromisso para que seja possível evitar o triunfo dos interesses pessoais ou das visões parciais da realidade sobre os interesses da nação brasileira.

As demonstrações inequívocas dos representantes da Agricultura, aliadas à do sr. Mário Amato, presidente da Fiesp — que desenvolve ação no sentido de chegar a um entendimento frutífero com o presidente do PT, deputado Luís Ignácio Lula da Silva —, mostram que os defensores da propriedade privada, da democracia liberal e do mercado não são os intransigentes. O desejo de criar o *impasse* é expresso pelos outros, os estatizantes, os "progressistas", os que renegam a democracia em seus próprios fundamentos. Que essa verdade seja dita para que depois se possam cobrar as devidas responsabilidades.